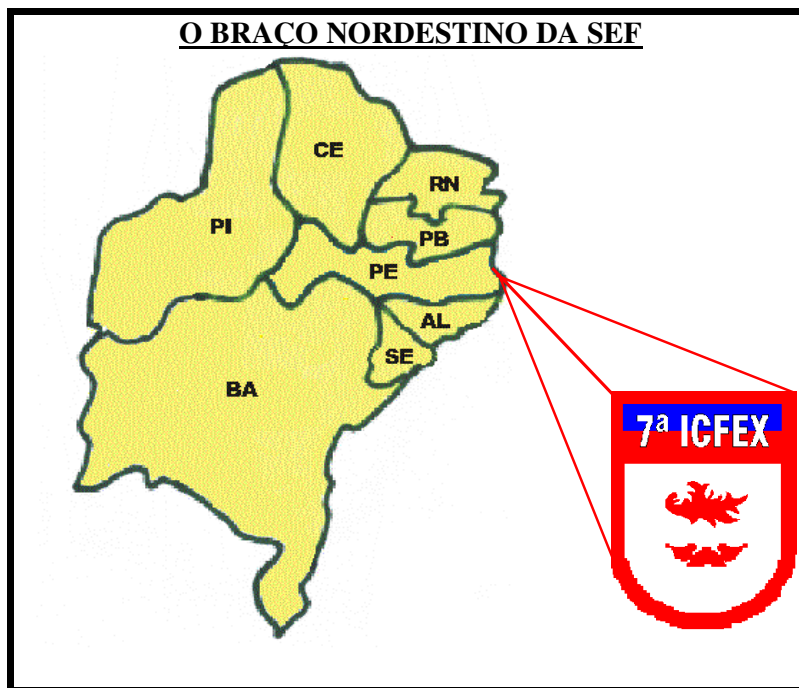




**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 11  
(28 DE NOVEMBRO DE 2008)**

**FALE COM A 7ª ICFEx**

**Correio Eletrônico:** [7icfex@eb.mil.br](mailto:7icfex@eb.mil.br)  
[7icfex-chsecaptec@eb.mil.br](mailto:7icfex-chsecaptec@eb.mil.br)  
**Página Internet:** <http://www.7icfex.eb.mil.br>  
**Telefones:** Fixo – (0 XX 81) 3423-7500  
RITEX – 870-7180



# ÍNDICE

A S S U N T O	PÁGINA
<b>1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL</b>	
<b>Registro da Conformidade Contábil Mensal – Outubro/2008</b>	2
<b>2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS</b>	
<b>1. Tomadas de Contas Anual</b>	2
a. <u>Regulares</u>	2
b. <u>Irregulares</u>	3
<b>2. Tomadas de Contas Especial</b>	3
<b>3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS</b>	
<b>1. Modificação de Rotinas de Trabalho</b>	3
a. <u>Execução Orçamentária</u>	3
b. <u>Execução Financeira</u>	3
c. <u>Execução Contábil</u>	3
1) Contas Contábeis	3
2) Patrimônio	4
Controle Patrimonial	4
3) Custos	5
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	5
1) Determinação do Tribunal de Contas da União – MSG SIAFI 2008/1327666, da SEF.	5
2) Acórdãos do Tribunal de Contas da União – MSG SIAFI 2008/1232366, da SEF.	6
e. <u>Pessoal</u>	7
f. <u>Controle Interno</u>	7
g. <u>Visita de Auditoria</u>	7
h. <u>Convênios</u>	8
<b>2. Recomendações sobre Prazos</b>	8
<b>3. Soluções de Consultas</b>	8
a. <u>Adicional de Habilitação</u>	8
b. <u>Aplicação de Súmula do TCU</u>	8
c. <u>Auxílio-Fardamento</u>	8
d. <u>Férias não Gozadas</u>	8
e. <u>Suprimento de Fundos - MSG SIAFI 2008/1326654, de 17 Nov 08, da SEF</u>	8
<b>4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG</b>	9
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	9
b. <u>Orientações</u>	9
1) RP não processados 2005 e 2006 – URGENTÍSSIMO	9
2) Pagamento com Recursos Próprios (F Ex)	10
3) Implantação de Nova Funcionalidade – MSG SIASG Nº 050042, de 31/10/08, da DLSG/SIASG/DF.	10
4) Declaração de Inidoneidade de Empresas	11
5) Bens e Serviços Comuns	12
6) Problema no Pagamento de Faturas no CPGF	13
7) Rotina Implantada Recentemente no SIAPPES	14
8) Manual de Despesa Nacional (Dicas)	15
9) Anulação de Empenhos de Compras por Registro de Preços	17
10) Mensagens Expedidas	17
<b>4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS</b>	
1. Informações do tipo “Você sabia ...?”	17
2. Preceitos para os Agentes da Administração – Atualização	18



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**  
**7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**  
 (Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

### 1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

#### Registro da Conformidade Contábil Mensal – “OUTUBRO/2008”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **OUTUBRO/2008**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

### 2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### 1. Tomadas de Contas Anual

##### a. Regulares

O Tribunal de Contas da União julgou como **REGULAR E SEM RESTRIÇÃO** as contas referentes aos exercícios a seguir, dando **quitação plena** aos responsáveis pelas UG, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIO DO TCU	ACÓRDÃO	ATA	SESSÃO TCU
2006	160029 – 18ª C S M	189/2008	3802/2008-TCU-2ª Câmara	35/08	30/09/08
	160030 – 1ª Cia Inf		3694/2008-TCU-2ª Câmara		
	160036 – Cmdo 6ª RM		3709/2008-TCU-2ª Câmara		
	160039 – H Ge S		3762/2008-TCU-2ª Câmara		
	160040 – Pq R Mnt/6		3717/2008-TCU-2ª Câmara		
	160041 – 40º BI		3803/2008-TCU-2ª Câmara		
	160044 – 23º BC		3828/2008-TCU-2ª Câmara		
	160045 – 25ª C S M		3693/2008-TCU-2ª Câmara		
	160047 – Cmdo 10ª RM		3805/2008-TCU-2ª Câmara		
	160050 – H Ge F		3737/2008-TCU-2ª Câmara		
	160051 – Pq R Mnt/10		3767/2008-TCU-2ª Câmara		
	160139 – H Gu JP		3705/2008-TCU-2ª Câmara		
	160172 – 16º R C Mec		3707/2008-TCU-2ª Câmara		
	160175 – 23ª C S M		3777/2008-TCU-2ª Câmara		
	160177 – 71º BIMTz		3798/2008-TCU-2ª Câmara		
	160179 – 3ª D L		3801/2008-TCU-2ª Câmara		
	160205 – 26ª C S M		3804/2008-TCU-2ª Câmara		
	160340 – 16º BIMTz		3754/2008-TCU-2ª Câmara		
	160345 – H Gu N		3745/2008-TCU-2ª Câmara		
	160525 – EsAEx		3706/2008-TCU-2ª Câmara		
OBS: Extraído do Ofício Nº 347-SCCR/D Aud, de 23 Out 08.					

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIODOTCU	ACÓRDÃO	ATA	SESSÃO TCU
<b>2005</b>	160188 – 4º B Com	<b>169/2007</b>	2593/2007-TCU-2ª Câmara	51/07	05/12/2007
<b>- Determinação Exarada:</b> 1. Ao 4º Batalhão de Comunicações que informe, nas próximas contas da unidade, sobre o andamento e resultado dos inquéritos e processos administrativos informados no relatório de gestão. 2. Que evite o pagamento de despesas com acréscimos moratórios, assegurando-se da existência de disponibilidade financeira por ocasião do vencimento das obrigações.					
<b>OBS: Extraído do Ofício Nº 358-SCCR/D Aud, de 28 Out 08.</b>					

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIODOTCU	ACÓRDÃO	ATA	SESSÃO TCU
2005	160185 – 14º B Log	169/2007	2593/2007-TCU-2ª Câmara	51/07	05/12/2007
	160187 – 21ª CSM				
	160191 – CPOR/R				
OBS: Extraído do Ofício Nº 368-SCCR/D Aud. de 28 Out 08.					

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIODOTCU	ACÓRDÃO	ATA	SESSÃO TCU
2005	160184 – 10º Esqd C Mec	026/2007	2589/2007-TCU-2ª Câmara	51/07	05/12/2007
	160193 – Cmdo 10º Bda Inf Mtz				
	160195 – CMNE				
	160198 – 7º D Sup				
	160200 – P R Mnt/7				
	160201 – CRO/7				
OBS: Extraído do Ofício Nº 386 - SCCR/D Aud, de 28 Out 08.					

b. Irregulares

Nada a considerar

## 2. Tomadas de Contas Especial

Nada a considerar

## 3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Modificação de Rotina de Trabalho

a. Execução Orçamentária

- Nada a considerar.

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil

1) Contas contábeis

- Nada a considerar

## 2) Patrimônio

**CONTROLE PATRIMONIAL**

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1289134, de 07/11/08, da 7ª ICFEx.**

**DO:** CH DA 7ª ICFEX

**AO:** SRS ORDENADORES DE DESPESAS

\*\*\* MENSAGEM CIRCULAR NR 186/2008-S/3 \*\*\*

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELAS UG VINCULADAS A ESSA ICFEX, COM RELACAO AO CONTROLE PATRIMONIAL.

2. EM ATENCAO A MENSAGEM SIAFI NR 2008/1284694, DE 06/11/08, DA D CONT (160998), SOLICITO AO OD DAR CONHECIMENTO AOS AGENTES DA ADMINISTRACAO DESSA UG, PROCEDENDO CONFORME ORIENTACOES A SEGUIR:

A) VISANDO A PADRONIZACAO E OTIMIZACAO DO CONTROLE PATRIMONIAL EXECUTADO PELAS DIVERSAS UG VINCULADAS A ESTA INSPETORIA, SOLICITO-VOS REGISTRAR SUAS MOVIMENTACOES DE ESTOQUE (RMA E RMB) NO SISTEMA DE CONTROLE FISICO (SISCOFIS).

B) OS RELATORIOS GERADOS PELO SISCOFIS (RMA E RMB) DEVERÃO SER APRECIADOS NA REUNIÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL , NOS MOLDES DO QUE PRECONIZA O ART. 15, DA PORT. NR 009-SEF, DE 13 DEZ 99 (PUBLICADO NO BINFO NR 12/2000, DA 7 ICFEX), OCASIAO EM QUE SERAO COMPATIBILIZADOS COM OS RESPECTIVOS SALDOS CONTABEIS GERADOS PELO SIAFI.

C) OS RELATORIOS EM COMENTO, UMA VEZ APROVADOS PELO OD, SERAO ARQUIVADOS NO SUPORTE DE GESTAO, CONFORME ITEM 4.18.2 DO ROTEIRO PARA A EXECUCAO DA CONFORMIDADE DE SUPORTE DOCUMENTAL, E CONSTARAO NO SEU VERSO AS OBSERVACOES QUE SE FIZEREM NECESSARIAS.

D) E IMPERIOSO QUE OS OD DE SUAS UG DE VINCULAÇÃO ADOTEM ESTES PROCEDIMENTOS AINDA NO CORRENTE EXERCICIO FINANCEIRO.

RECIFE-PE, 07 DE NOVEMBRO DE 2008

JOSE ARNOBIO FERRAO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT  
CHEFE 7 ICFEX

Em conseqüência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

## 3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

**1) DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1232366, DE 27/10/08, DA SEF.**

**DO:** SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

**AOS:** SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

**REF:** ACÓRDÃO Nº 4039/2008-TCU - 2ª CÂMARA, DE 7 DE OUTUBRO DE 2008.

1. INFORMO AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE CONFORME O ITEM 1.5.1 DO ACÓRDÃO DA REFERÊNCIA, O TCU DETERMINOU "A UMA UNIDADE GESTORA (UG) DO COMANDO DO EXÉRCITO E, ESPECIFICAMENTE A SUA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA QUE NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS SOB SUA TUTELA EM QUE TODOS OS LICITANTES FOREM INABILITADOS OU TODAS AS PROPOSTAS FOREM DESCLASSIFICADAS, OBSERVE QUE A DISCRICIONARIEDADE DISPOSTA NO ART. 48, § 3º, DA LEI Nº 8.666/1993 SOMENTE PODE SER APLICADA À TOTALIDADE DOS LICITANTES; OU SEJA, UM NOVO PRAZO SOMENTE PODERÁ SER CONCEDIDO PARA APRESENTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS OU PARA A REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO SE O FOR PARA TODOS OS LICITANTES".

2. DIANTE DO EXPOSTO, A ADMINISTRAÇÃO DAS UG, POR MEIO DAS SUAS COMISSÕES DE LICITAÇÃO DEVERÁ CUMPRIR RIGOROSAMENTE O QUE PRECEITUA O § 3º DO ART. 48, DA LEI Nº 8.666/93, ABAIXO TRANSCRITO "IN VERBIS":

"ART. 48. SERÃO DESCLASSIFICADAS:

I- .....

II- .....

§3º. QUANDO TODOS OS LICITANTES FOREM INABILITADOS OU TODAS AS PROPOSTAS FOREM DESCLASSIFICADAS, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ FIXAR AOS LICITANTES O PRAZO DE OITO DIAS ÚTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO OU DE OUTRAS PROPOSTAS ESCOIMADAS DAS CAUSAS REFERIDAS NESTE ARTIGO, FACULTADA, NO CASO DE CONVITE, A REDUÇÃO DESTES PRAZO PARA TRÊS DIAS ÚTEIS (INCLUÍDO PELA LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998).

BRASILIA - DF, 27 DE OUTUBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSÓRIO 200 ANOS  
"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES  
O CAMINHO DO DEVER"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**2) ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) - Transcrição**

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1327666, DE 17/11/08, DA SEF.**

**DO:** SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

**AOS:** SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. POR SOLICITAÇÃO DA DIRETORIA DE AUDITORIA, ESTA SECRETARIA RESOLVE DIFUNDIR ÀS UNIDADES GESTORAS (UG) DO COMANDO DO EXÉRCITO AS SEGUINTE DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU):

A. ACÓRDÃO Nº 2279/2008 - TCU-PLENÁRIO, DE 15 DE OUTUBRO DE 2008:

1) SOMENTE PROCEDER A AJUSTES QUE ENVOLVAM CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A EMPRESAS SE DEVIDAMENTE AMPARADOS NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA, FUNDAMENTAÇÃO QUE DEVERÁ CONSTAR FORMALMENTE DO PROCESSO RELATIVO AO NEGÓCIO; E

2) NÃO UTILIZAR CONVÊNIO COMO FORMA DE AJUSTE QUANDO OS INTERESSES DAS PARTES NÃO CONCORREREM PARA O MESMO OBJETIVO.

B. ACÓRDÃO Nº 3905/2008 - TCU-2ª CÂMARA, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008:

1) SEMPRE QUE SE FIZER NECESSÁRIA A ALTERAÇÃO DO EDITAL DA LICITAÇÃO, DÊ EFETIVA PUBLICIDADE ÀS MUDANÇAS REALIZADAS E, QUANDO HOUVER IMPLICAÇÕES NA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS PARTICIPANTES, PROMOVA A REABERTURA DO PRAZO DE 8 DIAS ÚTEIS, PREVISTO NO ART. 4º, INCISO V, DA LEI 10.520/2002 E NO ART. 17, § 4º, DO DECRETO 5.450/2005, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 20 DESSE MESMO DECRETO E NO ART. 21, § 4º, DA LEI 8.666/1993;

2) EVITE SOLICITAR DE FORMA GENERALIZADA A TODOS OS LICITANTES O ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO POR MEIO DIVERSO DO SISTEMA ELETRÔNICO, BUSCANDO RESTRINGIR ESSE TIPO DE MEDIDA ÀS EMPRESAS DETENTORAS DAS PROPOSTAS VENCEDORAS DO CERTAME;

3) CASO SEJA NECESSÁRIO EXIGIR A REMESSA POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS REFERENTES À PROPOSTA OU À HABILITAÇÃO DAS LICITANTES, PROCURE ESTABELECE PRAZO RAZOÁVEL E MEIO ADEQUADO PARA QUE OS CONCORRENTES POSSAM CUMPRIR A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA, DE FORMA A EVITAR A INJUSTA DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES; E

4) ABSTENHA-SE DE PREVER DE FORMA GENÉRICA A POSSIBILIDADE DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS EM RAZÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, TENDO EM VISTA QUE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DEVE SE DAR DE FORMA OBJETIVA, CONFORME CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO EDITAL, NOS TERMOS DO ART. 40, INCISO VII, DA LEI 8.666/1993.

C. ACÓRDÃO Nº 3920/2008 -TCU-2ª CÂMARA, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008:

1) FAÇA CONSTAR DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DO BATALHÃO ORÇAMENTO DETALHADO DE CUSTOS UNITÁRIOS DAS OBRAS E SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS, CONFORME DETERMINA O ART. 7º, § 2º, INCISO II DA LEI Nº 8.666, DE 21/6/1993;

2) CUMpra O DISPOSTO NO ART. 29 DA LEI 8.666, DE 1993, E VERIFIQUE A REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS;

3) PROMOVA OS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PREVISTOS EM LEI QUANDO A CESSÃO DE USO DE IMÓVEL DA UNIÃO FOR DESTINADA À EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE FIM LUCRATIVO E SEMPRE QUE HOVER CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE, EM OBSERVÂNCIA AO § 5º DO ART. 18 DA LEI Nº 9.636, DE 15/5/1998;

4) FORMALIZE, POR MEIO DE TERMOS OU CONTRATOS DE CESSÃO DE USO, A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS IMOBILIÁRIOS PÚBLICOS POR PARTE DE TERCEIROS, EM OBSERVÂNCIA AOS ARTS. 18 E 20 DA LEI 9.636, DE 1998;

5) ATENTE PARA O DISPOSTO NO ART. 22 DA LEI Nº 9.636, DE 1998, QUE ESTABELECE QUE A UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE NATUREZA RECREATIVA, ESPORTIVA, CULTURAL, RELIGIOSA OU EDUCACIONAL, DEVE SER AUTORIZADA, SOB REGIME DE PERMISSÃO DE USO, EM ATO DO SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO; E

6) OBSERVE O DISPOSTO NO § 6º DO ART. 14 DO DECRETO Nº 3.725, DE 10/1/2005, QUE ESTABELECE QUE NAS PERMISSÕES DE USO, MESMO QUANDO GRATUITAS, SERÃO COBRADOS, A TÍTULO DE RESSARCIMENTO, OS CUSTOS ADMINISTRATIVOS DA UNIÃO, RELACIONADOS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM O EVENTO.

2. CONSIDERANDO TRATAR-SE DE JURISPRUDÊNCIAS DO TCU NA APRECIÇÃO DE CASOS OCORRIDOS NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE, ESTA SECRETARIA RECOMENDA AOS OD A FIEL OBSERVÂNCIA DAS DETERMINAÇÕES ACIMA TRANSCRITAS.

BRASÍLIA, 17 DE NOVEMBRO DE 2008.

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS  
"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES  
O CAMINHO DO DEVER"

Em conseqüência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

e. Pessoal

- Nada a considerar

f. Controle Interno

- Nada a considerar

g. Visita de Auditoria  
- Nada a considerar

h. Convênios  
- Nada a considerar

## 2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

## 3. Soluções de Consultas

a. Adicional de Habilitação

UG de Origem	Documento de Resposta
SEF	Of Nº 324-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 04 Nov 08, e ainda, o Parecer nº 075/AJ/SEF, de 04/nov/08.
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b> - A consulta versa sobre o momento em que o militar faz jus ao adicional de habilitação de especialização por conta de curso realizado fora da Força.	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> - A matéria encontra-se publicada no anexo “A”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

b. Aplicabilidade de súmulas do TCU

UG de Origem	Documento de Resposta
9ª ICFEx	Of Nº 307-Asse Jur 8 (A1/SEF), de 14 Out 2008.
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b> - Consulta versando sobre aplicabilidade de súmulas do Tribunal de Contas da União (TCU).	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> - A matéria encontra-se publicada no anexo “B”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

c. Auxílio-fardamento

UG de Origem	Documento de Resposta
2ª ICFEx	Of Nº 329-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 03 Nov 08, e ainda, o Parecer nº 078/AJ/SEF, de 03/nov/08.
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b> - A presente consulta versa sobre auxílio-fardamento devido por conta de sinistro.	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> - A matéria encontra-se publicada no anexo “C”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

d. Férias não Gozadas

UG de Origem	Documento de Resposta
Cmt da 10ª RM	Of Nº 316-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 29 Out 08.
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b> - A presente consulta versa sobre férias adquiridas e não gozadas antes da Medida Provisória nº 2.131, de 28 Dez 08.	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> - A matéria encontra-se publicada no anexo “D”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

e. Suprimento de Fundos

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	MSG SIAFI 2008/1326654, de 17 Nov 08, da SEF.
<b><u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u></b> - A presente consulta versa sobre concessão de Suprimento de Fundos com utilização de recursos de Destaques e Convênios,	
<b><u>ONDE ENCONTRAR:</u></b> - A matéria encontra-se publicada no anexo “E”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

#### 4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

##### a. Legislação e Atos Normativos

A S S U N T O	Onde Encontrar	Observações
<b>Port nº 021 - SEF, de 03 Nov 08</b> - Altera a alínea a), inciso III, do art. 4º das Instruções Reguladoras para a Importação e Exportação Direta de Bens e Serviços, no âmbito do Comando do Exército (IR 12-16), aprovadas pela Port nº 008-SEF, de 11 de outubro de 2007.	BE nº 046, de 14 Novembro de 2008	Tomar conhecimento
<b>Port nº 022 - SEF, de 07 Nov 08</b> - Altera o § 3º, do art. 16 das Normas para a Administração das Receitas Geradas pelas Unidades Gestoras, aprovadas pela Port nº 017-SEF, de 25 de outubro de 2007.	BE nº 047, de 21 Novembro de 2008	Tomar conhecimento
<b>Portaria nº 004 – DEC, de 14 ago 08</b> – Aprova as Normas para administração de Obras Militares do Exército Brasileiro (NAOM).	BE nº 36, 05 de Setembro de 2008	Tomar conhecimento
<b>Portaria 682 Cmt - de 08 Set 08</b> - Aprova as Normas para Concessão e Pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no âmbito do Comando do Exército (Pub BE 37/2008).	BE nº 37, 12 de Setembro 08	
<b>Portaria nº 688 – Cmt Ex, de 08 Set 2008</b> – Altera dispositivos da Diretriz para a elaboração dos cálculos a serem efetuados pelas organizações militares vinculadas à área de ensino, relativos às despesas correspondentes aos cursos ou estágios realizados no âmbito do Comando do Exército e ensino fundamental/médio nos Colégios Militares, aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 305, de 30 de maio de 2006.		

##### b. Orientações

##### 1) RP NÃO PROCESSADOS 2005 E 2006 - URGENTÍSSIMO

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1265573, de 03/11/08, da D Cont.**

**DO:** DIRETOR DE CONTABILIDADE

**AO:** SRS ORDENADOR DE DESPESA

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO 2005 E 2006.
2. INFO QUE ATRAVÉS DO DECRETO NR 6.625, DE 31OUT08, FOI PRORROGADO O PRAZO DE VALIDADE DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DOS EXERCÍCIOS 2005 E 2006 PARA O DIA 31 DE MARÇO DE 2009.
3. DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, TORNA-SE SEM EFEITO O CONTIDO NA MSG SIAFI 2008/1224579, DE 24OUT08.

BRASÍLIA-DF, 03 DE NOVEMBRO DE 2008.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO  
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**2) PAGAMENTO COM RECURSOS PRÓPRIOS (F Ex)**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1237079, de 28/10/08, da D G O.**

**DO:** DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

**AO:** SR ORDENADOR DE DESPESA

(VALORES SERAO MONITORADOS)

1. INFORMO A ESSA UG QUE TODAS AS RECEITAS PROVENIENTES DE PNR, SUBTRAÍDOS OS PERCENTUAIS A SEREM REPASSADOS AS ASSOCIAÇÕES CONDOMINIAIS, DEVERÃO SER RECOLHIDAS AO FUNDO DO EXERCÍTO, OU SEJA, OS RECURSOS FINANCEIROS DA FONTE DE RECURSOS 0250270010 SO PODERÃO SER EMPREGADOS PARA PAGAMENTO DE EMPENHOS LIQUIDADOS E DEVOLUÇÃO INDENIZATORIA COM FINANCEIROS RECEBIDOS COMO SUB-REPASSES CONCEDIDOS PELO FUNDO DO EXERCÍTO.

2. OUTROSSIM, INFORMO A ESSA UG QUE OS PROCEDIMENTOS, ACIMA, APLICAM-SE PARA TODAS AS RECEITAS ARRECADADAS E QUE, TAMBÉM, OS SUB-REPASSES RECEBIDOS E NÃO EMPREGADOS, NO PERÍODO DE CINCO DIAS, DEVERÃO SER DEVOLVIDOS AO FUNDO DO EXERCÍTO, POR MEIO DE PF DEVOLUÇÃO, ESPÉCIE 9, TIPO 01.

BRASÍLIA,DF, 15 MAI 08.

"MENSAGEM EMITIDA PELA UG 167086"

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO  
PRIMO/ DIR GESTAO ORCAMENTARIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**3) IMPLANTAÇÃO DE NOVA FUNCIONALIDADE**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIASG abaixo:

**MENSAGEM SIASG Nº 050042, de 31/10/08, da DLSG/SIASG/DF**

**DO:** DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS

ATENDENDO A DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ESTAMOS IMPLANTANDO NO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, MENU DO PREGOEIRO, NOVA FUNCIONALIDADE RELATIVA A SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO, A QUAL PASSA A VEICULAR NO LINK "SUSPENSO" A CARACTERÍSTICA DA SUSPENSÃO QUE DEVERA SER INFORMADA PELO PREGOEIRO SEMPRE QUE EFETUAR TAL PROCEDIMENTO, OPTANDO, NO ATO DA SUSPENSÃO, POR UMA DAS SEGUINTESS POSSIBILIDADES: "SUSPENSÃO ADMINISTRATIVA", "SUSPENSÃO POR CAUTELAR" E "SUSPENSÃO POR DECISÃO JUDICIAL".

ESCLARECEMOS QUE, NO ATO DA SUSPENSÃO DE UM PREGÃO, A JUSTIFICATIVA CONTINUA OBRIGATORIA, ACRESCENTANDO APENAS UMA DAS TRÊS CARACTERÍSTICAS MENCIONADAS, DE ACORDO COM SUA ESPECIFICIDADE.

\_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**4) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DE EMPRESAS – A/2-SEF**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1302341, de 11/11/08, da SEF**

**DO:** SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

**AOS:** SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

**REF:** ENCAM Nº 1.750-A/3.3, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2008, DO CHEFE DO GABINETE DO CMT EX.

1. INFORMO AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE DE ACORDO COM O DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, O SR CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO ENCAMINHOU A ESTA SECRETARIA O OFÍCIO Nº12.335/GABINETE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2008, DO CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, QUE TRATA DE COMUNICAÇÃO SOBRE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DAS EMPRESAS CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, CNPJ 00.009.282/0001-98; CONSERVO BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ 02.731.495/0001-54; E EXPRESSO 21.COM LTDA, CNPJ 05.288.260/0001-28, CONFORME AVISO-CIRCULAR Nº 006/2008/CGU-PR, DE 28 DE OUTUBRO DE 2008, DO MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA.

2. CONFORME O DISPOSTO NO ART. 87, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/ 93, A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE ACARRETA A PROIBIÇÃO DE QUE AS CITADAS EMPRESAS LICITEM E CONTRATEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E, TAMBÉM, A RESCISÃO DOS CONTRATOS EM CURSO, SALVO NAQUELES CASOS EM QUE O INTERESSE PÚBLICO IMPONHA, SEGUNDO JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR, A CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO DA AVENÇA FIRMADA (ITEM 2, DO AVISO-CIRCULAR Nº 006/2008/CGU-PR).

3. EM HAVENDO CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE CELEBRADOS, EM CUJA EXECUÇÃO ESTEJAM ENVOLVIDAS AS REFERIDAS EMPRESAS, AS MESMAS CAUTELAS DEVERÃO SER TOMADAS PELOS GESTORES, RAZÃO PELA QUAL O MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA DIRIGIU SEMELHANTE COMUNICAÇÃO AOS SENHORES GOVERNADORES DE ESTADO (ITEM 3, DO AVISO - CIRCULAR Nº 006/2008/CGU/PR).

4. NÃO OBSTANTE A PRESENTE MENSAGEM SER DESTINADA A TODAS AS UNIDADES GESTORAS (UG) DO COMANDO DO EXÉRCITO, AS ICFEX DEVERÃO PUBLICÁ-LA INTEGRALMENTE EM BOLETIM INFORMATIVO.

BRASILIA - DF, 11 DE NOVEMBRO DE 2008

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO  
RESP P/ SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS  
"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES  
O CAMINHO DO DEVER"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**5) BENS E SERVIÇOS COMUNS**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra as Mensagens SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1320393, de 14/11/08, da SEF**

**DO:** SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

**AOS:** SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

**REF:** A. DECRETO Nº 3.555, DE 08 DE AGOSTO DE 2000; E

B. MENSAGEM SIAFI 2008/1237268-SEF, DE 28 DE OUTUBRO DE 2008.

1. INFORMO AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE A ORIENTAÇÃO CONTIDA NO ITEM "3" DA MENSAGEM SIAFI CITADA NA REFERÊNCIA - NO SENTIDO DE QUE A CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS "CORRESPONDE" À RELAÇÃO IDENTIFICADA COMO "ANEXO II" DO DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000 - ESTÁ CONSUBSTANCIADA NO § 2º, DO ART. 3º, DO MESMO DECRETO, QUE CONSIDERA OS BENS E SERVIÇOS COMUNS COMO AQUELES CUJOS PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE POSSAM SER CONCISA E OBJETIVAMENTE DEFINIDOS NO OBJETO DO EDITAL, EM PERFEITA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES USUAIS PRATICADAS NO MERCADO, "DE ACORDO" COM O DISPOSTO NO ANEXO II; LOGO, O TERMO "CORRESPONDE", UTILIZADO POR ESTA SECRETARIA, REVELA UMA GRANDE SEMELHANÇA COM O SENTIDO DA EXPRESSÃO "DE ACORDO", USADA NO CITADO DIPLOMA LEGAL.

2. DIANTE DO EXPOSTO, ESTA SECRETARIA ENTENDE QUE NÃO HÁ NECESSIDADE DE ALTERAR A REDAÇÃO DADA AO ITEM "3" DA MENSAGEM SIAFI DA REFERÊNCIA, UMA VEZ QUE A ESPECIFICAÇÃO DE QUAIS BENS E SERVIÇOS SE ENQUADRAM NA TIPIFICAÇÃO "COMUNS" É OBJETO DO ANEXO II AO DECRETO Nº 3.555/00.

3. AINDA, ACERCA DO ASSUNTO, O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO(TCU) NA PUBLICAÇÃO "LICITAÇÕES E CONTRATOS", 3ª EDIÇÃO, ANO 2006, PÁGINA 35, ASSIM SE PRONUNCIOU:

"O BEM OU O SERVIÇO SERÁ COMUM QUANDO FOR POSSÍVEL ESTABELECEER, PARA EFEITO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, MEDIANTE ESPECIFICAÇÕES UTILIZADAS NO MERCADO, PADRÕES DE QUALIDADE E DESEMPENHO PECULIARES AO OBJETO.

SÃO INÚMEROS OS OBJETOS A SEREM LICITADOS QUE NÃO SÃO VISTOS COM CLAREZA PELO GESTOR COM O INTUITO DE DEFINIR SE O OBJETO É COMUM OU NÃO. O LEGISLADOR PROCUROU, POR MEIO DE LISTA ANEXADA AO DECRETO Nº 3.555, DE 2000, DEFINIR OS BENS OU SERVIÇOS DE NATUREZA COMUM. NO ENTANTO, ESSA LISTA FOI CONSIDERADA MERAMENTE EXEMPLIFICATIVA, EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE SE LISTAR TUDO QUE É COMUM.

CABE AO GESTOR, NA BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, DECIDIR-SE PELA MODALIDADE PREGÃO SEMPRE QUE O OBJETO FOR CONSIDERADO COMUM. QUANDO A OPÇÃO NÃO RECAIR SOBRE A MODALIDADE PREGÃO, O GESTOR DEVE JUSTIFICAR, DE FORMA MOTIVADA E CIRCUNSTANCIADA, SUA DECISÃO".

BRASÍLIA - DF, 14 DE NOVEMBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS  
"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES  
O CAMINHO DO DEVER"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**6) PROBLEMA NO PAGAMENTO DE FATURAS NO CPGF**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1284868, de 06/11/08, da 7ª ICFEX**

**DO:** CHEFE DA 7ª ICFEX

**AOS:** SENHORES OD DAS UG VINCULADAS

\*\*\* MENSAGEM CIRCULAR NR 185/2008-S/3 \*\*\*

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE PAGAMENTO DE FATURAS DO CPGF.
2. ALGUMAS UG ESTÃO APRESENTANDO PROBLEMAS NO PAGAMENTO DAS FATURAS DO CPGF, POIS NO ATO DE EXECUTAR O PAGAMENTO NA CONFLUXO, O SISTEMA APRESENTA A SEGUINTE MENSAGEM DE ERRO: CONTA 2.9.2.4.1.04.02 - VALORES LIQUIDADOS A PAGAR, SEM SALDO.
3. O PROBLEMA SUPRACITADO, DEU-SE POR OCASIÃO DA INCLUSÃO DA DEDUÇÃO BBCT, AONDE A CONTA 2.9.2.4.1.04.02 PERMANECEU SEM SALDO, ENTRETANTO A CONTA 29.241.04.03- VALORES PAGOS, APARECEU COM SALDO.
4. PARA SANAR O PROBLEMA SUPRACITADO, ESTA ICFEX ORIENTA QUE APÓS ATUALIZAR O SUPRIMENTO DE FUNDOS NO ATUCPR, A UG DEVERA EMITIR UMA NL PARA CADA SUPRIMENTO DE FUNDOS COM O EVENTO 54.0.332 (ESSE EVENTO TRANSFERE O SALDO DA CONTA CONTABIL 2.9.2.4.1.04.03 PARA A CONTA CONTABIL 2.9.2.4.1.04.02). COLOCAR COMO FAVORECIDO: CPF DO AGENTE SUPRIDO; INSC 1: A NE; CLASSIF 1: ND + SUBITEM; E NO CAMPO VALOR, O VALOR A SER PAGO.
5. ESTA PROCEDIMENTO REGULARIZARA OS SALDOS DAS CONTAS, ENTRETANTO O VALOR DA NL DEVERA SER SEMPRE O VALOR QUE SERA PAGO, E NAO O VALOR DO SUPRIMENTO.
6. ISTO POSTO, SOLICITO-VOS MANDAR O SETOR RESPONSÁVEL ATENTAR AS ORIENTAÇÕES SUPRACITADAS.
7. EM CASO DE DUVIDAS, CONTACTAR ESTA INSPETORIA.

RECIFE-PE, 06 DE NOVEMBRO DE 2008

JOSE ARNOBIO FERRAO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT  
CHEFE 7 ICFEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**7) ROTINA IMPLANTADA RECENTEMENTE NO SIAPPES**

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1310893, de 12/11/08, da 7ª ICFEX**

**DO:** GESTOR DE SISTEMAS DO CPEX

**AOS:** SRS ORDENADORES DE DESPESAS

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE IMPLANTAÇÃO DE PENSOES MILITARES NO SIAPPES (SISTEMA AUTOMATICO DE PAGAMENTO DE PESSOAL).

2. O CPEX IMPLEMENTOU NO SIAPPES A ROTINA QUE CRITICA A IMPLANTAÇÃO DE PENSÕES, E, AQUELAS CUJO SOMATORIO DAS COTAS-PARTE TOTALIZEM MAIS DE 100 POR CENTO, O SISTEMA REJEITARIAH, AUTOMATICAMENTE.

3. NOS RELATÓRIOS PPT 230/235, CONSTARIAH O PREC/CP DAS PENSIONISTAS JAH IMPLANTADAS, COM AS SEGUINTE MSG:

- I - PENSÃO TRONCO MAIOR QUE 100% - FIP REJEITADO;
- II - PREC/CP 98..... UG VINCULAÇÃO 023... COTA-PARTE DE 50%  
PREC/CP 98..... UG VINCULAÇÃO 023... COTA-PARTE DE 50%

4. EM CONSEQUENCIA DO EXPOSTO NO ITEM ANTERIOR, INFORMO-VOS QUE CABE AH UG FORMULAR EXPEDIENTE JUNTO AS UG DE VINCULAÇÃO DAS PENSIONISTAS CITADAS NOS RELATORIOS PPT 230/235, INFORMANDO QUE DEVERÃO SER REDUZIDAS AS COTAS-PARTES DESSAS PENSIONISTAS, POSSIBILITANDO A NOVA IMPLANTAÇÃO.

5. COM RELAÇÃO AS PENSOES - TRONCO EXISTENTES ANTERIORMENTE, ESTE CENTRO DISPONIBILIZARIAH RELATORIO NA PÁGINA DA INTRANET CONTENDO RELAÇÃO DAS COTAS-PARTE QUE ESTAO ACIMA DE 100%, CABENDO AS UG:

A) ANALISAR E FAZER O ACERTO DAS COTAS-PARTE, CIENTIFICANDO AS PENSIONISTAS COM ANTECEDENCIA, SOBRE AS PROVIDENCIAS QUE SERAO TOMADAS

B) CONSULTAR A ICFEX DE VINCULAÇÃO QUANTO AH NECESSIDADE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, OBJETIVANDO A DEVOLUÇÃO DE VALORES PERCEBIDOS NA CONDIÇÃO DA ANTIGA COTA-PARTE.

BRASILIA, DF, 12 DE NOVEMBRO DE 2008.

ALEXANDRE GARCIA KURY - TEN CEL  
GESTOR DE SISTEMAS

Em conseqüência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

## 8) MANUAL DE DESPESA NACIONAL (DICAS)

- Esta Inspeção transcreve na íntegra as Mensagens SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIAFI 2008/1326645, de 17/11/08, da SEF**

**DO:** SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

**AOS:** SENHORES CHEFES DE ICFeX

**REF:** MENSAGEM SIAFI 2008/1214491 - SEF, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008.

1. DE ACORDO COM O DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA INFORMOU A ESSA INSPETORIA SOBRE A APROVAÇÃO DOS MANUAIS DE RECEITA NACIONAL E DE DESPESA NACIONAL, COM A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA CONJUNTA Nº 3-STN/SOF, DE 14 DE OUTUBRO DE 2008.

2. COM O PROPÓSITO DE COLABORAR COM ESSA SETORIAL CONTÁBIL NO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DE PRESTAR ORIENTAÇÃO TÉCNICA À ADMINISTRAÇÃO DAS UG VINCULADAS, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DESTACAR CONCEITOS APRESENTADOS NO "ITEM 6 - ETAPAS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA", PÁGINAS 58 A 62, E NO "ANEXO II - RESUMO", PÁGINAS 115 A 117, DO MANUAL DE DESPESA NACIONAL, NA FORMA QUE SE SEGUE.

A. A DESPESA ORÇAMENTÁRIA PODE SER CLASSIFICADA EM TRÊS ETAPAS: PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÃO; EXECUÇÃO; E CONTROLE E AVALIAÇÃO.

B. A ETAPA DO "PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÃO" ABRANGE, DE MODO GERAL, A FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA; A DESCENTRALIZAÇÃO/MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS; A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; E O PROCESSO DE LICITAÇÃO.

C. A FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COMPREENDE A ADOÇÃO DE MEDIDAS EM DIREÇÃO A UMA SITUAÇÃO IDEALIZADA, TENDO EM VISTA OS RECURSOS DISPONÍVEIS E OBSERVANDO AS DIRETRIZES E PRIORIDADES TRAÇADAS PELO GOVERNO. O PROCESSO DA FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA É CONCLUÍDO COM A AUTORIZAÇÃO DADA PELO PODER LEGISLATIVO POR MEIO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

D. AS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS OCORREM QUANDO FOR EFETUADA MOVIMENTAÇÃO DE PARTE DO ORÇAMENTO, MANTIDAS AS CLASSIFICAÇÕES INSTITUCIONAL, FUNCIONAL, PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA, PARA QUE OUTRAS UNIDADES GESTORAS POSSAM EXECUTAR A DESPESA ORÇAMENTÁRIA.

E. QUANDO A DESCENTRALIZAÇÃO ENVOLVER UNIDADES GESTORAS DE UM MESMO ÓRGÃO, TEM-SE A DESCENTRALIZAÇÃO INTERNA, TAMBÉM CHAMADA DE "PROVISÃO". SE, PORVENTURA, OCORRER ENTRE UNIDADES GESTORAS DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DE ESTRUTURA DIFERENTE, TER-SE-Á UMA DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA, TAMBÉM DENOMINADA DE "DESTAQUE".

F. NA DESCENTRALIZAÇÃO, AS DOTAÇÕES SERÃO EMPREGADAS OBRIGATORIAMENTE E INTEGRALMENTE NA CONSECUÇÃO DO OBJETIVO PREVISTO PELO PROGRAMA DE TRABALHO PERTINENTE, RESPEITADA FIELMENTE A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E A ESTRUTURA PROGRAMÁTICA.

G. A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CONSISTE NA COMPATIBILIZAÇÃO DO FLUXO DOS PAGAMENTOS COM O FLUXO DOS RECEBIMENTOS, VISANDO O AJUSTE DA DESPESA FIXADA ÀS NOVAS PROJEÇÕES DE RESULTADOS E DA ARRECADAÇÃO. SE HOUVER FRUSTRAÇÃO DE RECEITA ESTIMADA NO ORÇAMENTO, DEVERÁ SER ESTABELECIDA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, COM OBJETIVO DE ATINGIR OS RESULTADOS PREVISTOS NA "LDO" E IMPEDIR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS SEM RESPALDO FINANCEIRO.

H. O PROCESSO DE LICITAÇÃO COMPREENDE UM CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS QUE OBJETIVAM ADQUIRIR MATERIAIS, CONTRATAR OBRAS E SERVIÇOS, ALIENAR OU CEDER BENS A TERCEIROS, BEM COMO FAZER CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS COM AS MELHORES CONDIÇÕES PARA O ESTADO.

I. A ETAPA DA "EXECUÇÃO" CORRESPONDE AOS ESTÁGIOS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA NA FORMA PREVISTA NA LEI Nº 4.320/1964: EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.

J. OS EMPENHOS PODEM SER CLASSIFICADOS EM: ORDINÁRIO, ESTIMATIVO E GLOBAL.

K. NÃO OBSTANTE A PRÁTICA JÁ ADOTADA NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE, O MANUAL DE DESPESA NACIONAL RECOMENDA CONSTAR NO INSTRUMENTO CONTRATUAL O NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO, VISTO QUE REPRESENTA A GARANTIA AO CREDOR DE QUE EXISTE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL E SUFICIENTE PARA ATENDER A DESPESA OBJETO DO CONTRATO. NOS CASOS EM QUE O INSTRUMENTO DE CONTRATO É FACULTATIVO, A LEI Nº 8.666/1993 ADMITE A POSSIBILIDADE DE SUBSTITUÍ-LO PELA NOTA DE EMPENHO, HIPÓTESE EM QUE O EMPENHO REPRESENTA O PRÓPRIO CONTRATO.

L. A LIQUIDAÇÃO CONSISTE NA VERIFICAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PELO CREDOR TENDO POR BASE OS TÍTULOS E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO RESPECTIVO CRÉDITO E TEM POR OBJETIVO APURAR (ARTIGO 63 DA LEI Nº 4.320/1964):

- A ORIGEM E O OBJETO DO QUE SE DEVE PAGAR;
- A IMPORTÂNCIA EXATA A PAGAR; E
- A QUEM SE DEVE PAGAR A IMPORTÂNCIA PARA EXTINGUIR A OBRIGAÇÃO.

M. A LEI Nº 4.320/1964, EM SEU ARTIGO 64, DEFINE ORDEM DE PAGAMENTO COMO SENDO O DESPACHO EXARADO POR AUTORIDADE COMPETENTE, DETERMINANDO QUE A DESPESA LIQUIDADA SEJA PAGA. NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE A AUTORIDADE COMPETENTE É O ORDENADOR DE DESPESAS, QUE DETERMINA QUE A DESPESA SEJA PAGA, UTILIZANDO, NA PRÁTICA, CARIMBO PADRONIZADO APOSTO NO VERSO DA NOTA FISCAL/FATURA.

N. A ETAPA "CONTROLE E AVALIAÇÃO" COMPREENDE A FISCALIZAÇÃO **REALIZADA** PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E PELA SOCIEDADE. OS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, POR INTERMÉDIO DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL TÊM AS ATRIBUIÇÕES DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO; E COMPROVAR A LEGALIDADE E AVALIAR OS RESULTADOS, QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

BRASILIA - DF, 14 DE NOVEMBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS

"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES  
O CAMINHO DO DEVER"

OBS: A MENSAGEM SIAFI 2008/1326711, de 17/11/08, da SEF, É A CONTINUAÇÃO DA MSG SIAFI 2008/1326645 DE 17/11/08, (MANUAL DE DESPESAS NACIONAL), QUE INICIA COM A PALAVRA **REALIZADA**.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

## 9) ANULAÇÃO DE EMPENHOS DE COMPRAS POR REGISTRO DE PREÇOS

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

**MENSAGEM SIASG Nº 050074, de 04/11/08, da DLSG/SIASG/DF**

**DO:** DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS

SENHORES USUÁRIOS, ORIENTAMOS QUE AO ANULAR EMPENHOS REFERENTES A COMPRAS POR REGISTRO DE PREÇOS VERIFIAR SE AS QUANTIDADES A SEREM ANULADAS ESTÃO DE ACORDO COM O VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO, POIS TAL PROCEDIMENTO GERA ERROS NO SALDO DAS QUANTIDADES DO ITEM NO SISTEMA SIASG, QUANDO SÃO INFORMADOS DIFERENTES.

ASSIM SENDO, CASO A UNIDADE TENHA ALGUM EMPENHO NESTA SITUAÇÃO, SUGERIMOS QUE EFETUE A EMISSÃO DE UM EMPENHO DE REFORÇO NA QUANTIDADE DO EMPENHO DE ANULAÇÃO COM O VALOR TOTAL, PARA QUE O SALDO RETORNE PARA O SIAFI E A QUANTIDADE SEJA RESTAURADA NO SIASG, EM SEGUIDA ANULAR O ITEM DA FORMA CORRETA.

ATENCIOSAMENTE,  
GERÊNCIA OPERACIONAL DO SIASG

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

## 10) Mensagens Expedidas

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2008/1250565	7ª ICFEx	SISCUSTO – Operacionalização
SIAFI 2008/1257723	7ª ICFEx	Contas a zerar no Encerramento Mensal
SIAFI 2008/1265161	7ª ICFEx	Unificação Patrimonial - Importante
SIAFI 2008/1265124	7ª ICFEx	Baixa dos Bens de Estoque por Consumo
SIAFI 2008/1267249	7ª ICFEx	SISCUSTO – Improriedades na Liquidação no CPR
SIAFI 2008/1284694	D Cont	Controle Patrimonial
SIAFI 2008/1294206	D G O	Ficha Cadastro 2009
SIAFI 2008/1316811	CCONT/STN	Exercício 2009 – Reformulação Plano de Contas – Controle Resto a Pagar
SIAFI 2008/1320223	CCONT/STN	Exercício 2009 – Reformulação Plano de Contas – Controle Resto a Pagar
SIAFI 2008/1320261	CCONT/STN	Rotina de Estorno de Despesa – Inclusão de Documento Hábil
SIAFI 2008/1342165	CCONT/STN	Preenchimento do Campo NUN. ORIGINAL CV/CR/TP
SIASG 050042	DLSG/SIASG/DF	Implantação de Nova Funcionalidade
SIASG 050074	DLSG/SIASG/DF	Anulação de Empenho de Compras por Registro de Preços

## 4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

### 1. Informações do tipo “Você sabia ...?”

a. Que os Relatórios gerados pelo SISCOFIS (RMA E RMB) deverão ser apreciados na reunião de prestação de Contas Mensal, nos moldes do que preconiza o Art 15, da Port 009-SEF, de 13 de Dezembro de 1999; ocasião em que serão compatibilizados com os respectivos saldos contábeis gerados pelo SIAFI?

## 2. PRECEITOS PARA OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO - Retranscrição

- Transcrevem-se os Preceitos para os Agentes da Administração, os quais estão disponíveis na página eletrônica da SEF ([www.sef.eb.mil.br](http://www.sef.eb.mil.br)), para ampla divulgação e aprimoramento dos conhecimentos já consagrados no âmbito da Força Terrestre, os quais deverão fazer parte do constante e imperioso aprendizado que é exigido de todos os profissionais envolvidos na gestão de recursos públicos:

1. Contabilizar no SIAFI todas as receitas arrecadadas.
2. Atender ao princípio da segregação de funções.
3. Estimular a fiscalização, a transparência, a correção dos atos e fatos administrativos e o melhor aproveitamento dos recursos alocados à UG.
4. Incentivar o aprimoramento da capacitação técnica e o comprometimento de todos os agentes.
5. Acompanhar, com efetividade, a evolução dos sistemas operacionais e aperfeiçoar os processos afetos às diversas seções.
6. Observar no documento de concessão, quando da utilização dos recursos, a finalidade do crédito e a previsão do desembolso financeiro.
7. Consultar, antes de realizar qualquer despesa, a legislação pertinente a licitações e contratos.
8. Adotar o planejamento sistemático de gastos, de modo a atender às modalidades de licitação e evitar o fracionamento da despesa.
9. Admitir a inclusão ou exclusão de dados nos formulários de pagamento, somente após a devida publicação em BI.
10. Compatibilizar os saldos das contas de movimento patrimonial no SIAFI com os constantes no Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e no Relatório de Movimentação de Bens móveis (RMB).
11. **Remeter para exame, certificação e arquivo na conformidade dos registros de gestão os documentos listados no roteiro para a execução dessa conformidade.**
12. **Observar as normas quanto a arquivamento, prazo e incineração de documentos da conformidade dos registros de gestão (MSG SIAFI 2007/1705176, de 21 dez 07, da SEF).**
13. Envidar todos os esforços para corrigir, o mais rápido possível, a ocorrência de restrição na conformidade contábil da unidade, fazendo constar o registro da providência tomada no relatório mensal do OD.
14. Instaurar processo administrativo, permitindo a ampla defesa e o contraditório, particularmente após um IPM em que tenha sido constatado débito para com a Fazenda Nacional e não tenha sido possível o ressarcimento e/ou o reconhecimento da dívida.
15. Orgulhar-se de ser um Agente da Administração do Exército Brasileiro. Conscientizar-se de ser responsável por parcela significativa da credibilidade da nossa Instituição perante a nação brasileira.

**GERALDO LUIZ DOS SANTOS – Ten Cel Int**

Resp p/ Chefia da 7ª ICFEx

**OSORIO 200 ANOS**

**“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever.”**